

Colóquio

Elementos sócio-teológicos para afirmar as religiões como caminhos de paz: o espírito da *Populorum Progressio* no pontificado de Francisco

Socio-theological elements to affirm religions as way of peace: The spirit of Populorum Progression in the pontificate of Francis

Elias Wolff¹

Resumo

Aos 50 anos da encíclica *Populorum Progressio*, é importante verificar como sua proposta continua vigente para a humanidade em nossos dias, sobretudo no mundo globalizado que apresenta novos desafios para as relações de justiça entre os povos. Como situam-se as religiões nesse contexto? Verifica-se ambiguidades: as religiões podem ser caminhos para a paz, mas, também, legitimação de situações de violência. Para termos paz no mundo, urge humanizar não apenas as culturas dos povos, mas também as suas religiões. Para isso é preciso identificar quando, onde e porque pode haver o vínculo entre violência e sagrado contra os processos de paz. Então é urgente rever as doutrinas, estruturas e práticas religiosas, reconstruindo os sistemas religiosos como caminhos para a paz. É o que propõe o papa Francisco ao exortar para uma "cultura do encontro" e do "diálogo". Assim, as religiões tornam-se meios de vivificação do social, vinculando fé e ética nas iniciativas de diálogo e de cooperação que afirmam a fraternidade universal. É nesse horizonte que se legitimam os esforços pelo "desenvolvimento dos povos".

Palavras-chave: Justiça e paz. Papa Francisco. *Populorum Progressio*. Religiões.

Abstract

At the 50th anniversary of the encyclical Populorum Progressio, it is important to see how its proposal remains valid for mankind in the world of today, especially in the globalized world, which presents new challenges for a relationship of justice among peoples. How are religions situated in this context? There are ambiguities: religions can be ways to peace, but can also legitimize situations of violence. In order to have world peace, it is urgent to humanize not only the cultures of the peoples, but also their religions. For this, it is necessary to identify when, where and why there may be a link between violence and the sacred against peace building. So it is urgent to review religious doctrines, structures and practices, rebuilding religious systems as ways to peace. This is what Pope Francis proposes when he calls for a "culture of encounter" and "dialogue". Thus, religions become means of vivifying the social, connecting faith and ethics in the initiatives of dialogue and cooperation that affirm universal brotherhood. From this perspective, efforts for the "development of peoples" are legitimized.

Keywords: Justice and peace. Pope Francis. *Populorum Progressio*. Religions.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Teologia. R. Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho, 80215-901, Curitiba, PR, Brasil.

Introdução

A importância do magistério social do Papa Paulo VI (1897-1978, papa de 1963-1978), foi marcada por dois principais documentos: a encíclica *Populorum Progressio* (26/3/1967) e a carta apostólica *Octogesima Adveniens* (14/5/1971), que expressam o incentivo ímpar que esse pontificado deu ao equilíbrio econômico, à dignidade moral e à colaboração universal entre as nações. As viagens para a América Latina, 1960, África, 1962, como arcebispo de Milão; as visitas à Terra Santa e Índia, 1964, e a intervenção na Assembleia Geral das Nações Unidas, 1965, como Papa, afirmaram sua consciência sobre os graves problemas da humanidade. Em seu discurso na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual impactou o mundo, Paulo VI apresentou-se como “técnico em humanidade” e assumiu, como sua, a voz dos pobres: “Fazemos também nossa a voz dos pobres, dos deserdados, dos infelizes, dos que aspiram à justiça, à dignidade de viver, à liberdade, ao bem-estar e ao progresso” (PAPA PAULO VI, 1965, online). Tal convicção o levou a criar a Comissão Pontifícia para *Justiça e Paz* em 1967, com o objetivo de promover o progresso dos povos pobres e a justiça social entre as nações, possibilitando que se desenvolvam “eles mesmos por si mesmos”. Trata-se de um desenvolvimento integral, o que não é apenas crescimento econômico. Diz a encíclica *Populorum Progressio*: “A busca exclusiva do possuir se converte num obstáculo para o crescimento do ser e se opõe a sua verdadeira grandeza; para as nações, como para as pessoas, a avareza é a forma mais evidente de um subdesenvolvimento moral” (n.19) (PAPA PAULO VI, 1990).

É importante resgatarmos a intuição fundamental da *Populorum Progressio*: o desenvolvimento dos povos na justiça e na paz. E o fazemos aqui, relacionando com o papel que as religiões têm para isso em nossos dias. A paz social é também uma paz religiosa. Como ensina o papa Francisco:

Educar para a abertura respeitosa e o diálogo sincero com o outro, reconhecendo os seus direitos e liberdades fundamentais, especialmente a religiosa, constitui o melhor caminho para construir juntos o futuro, para ser *construtores de civilização*. Porque a única alternativa à *civilização do encontro* é a *incivilidade do conflito*; não há outra (PAPA FRANCISCO, 2017, online).

Globalização e religiões, 50 anos depois da *Populorum Progressio*

O mundo globalizado intensifica sempre mais a aproximação entre povos, culturas, sistemas sócio-políticos, econômicos e religiosos. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia possibilita consideráveis melhorias para as sociedades. As tecnologias da comunicação agilizam a troca de informações, e os meios de transporte encurtam as distâncias entre as pessoas e nações. Aumenta a possibilidade de intercâmbio, cooperação e convivência das diferenças.

Esses progressos não são, infelizmente, para todos. A fome e o analfabetismo ainda atingem milhões de pessoas; a dificuldade de acesso à saúde, trabalho e moradia é causa de sofrimentos para grande parte da população do planeta. A cada 5 segundos uma criança morre de fome. Vivemos em um clima quase neurótico de insegurança alimentar, social, ambiental e na saúde. Vivemos trágicos conflitos internacionais, como as duas Guerras Mundiais no século XX, e os atuais conflitos nos países da África e do Oriente Médio. A América Latina sofre, ainda hoje,

consequências do cerceamento da liberdade nas ditaduras militares, guerrilhas e conflitos vividos nos anos 70 e 80 do século passado. Para todo o mundo, as esperanças de paz após a queda do muro de Berlim, 1989, e o aparente fim da “Guerra Fria”, não resolveram as consequentes tensões dos longos períodos de opressão, guerra civil e racismo. As guerras não acabaram².

Como situam-se as religiões nesse contexto?

Essa realidade acontece em um contexto de mudanças ininterruptas, no qual também as religiões vivem sob a urgência de contínua reformulação de suas estruturas, linguagens e posturas frente ao mundo. Por um lado, tal é a condição para as tradições religiosas se adaptarem nos novos tempos. Por outro, isso expressa ou, inclusive, gera conflitos tanto no interior de uma religião, quanto entre elas e as culturas. Nas atuais sociedades modernas, com ares de democracia, valorização da diversidade e afirmação da tolerância, vemos crescer manifestações de tensão e conflitos por motivos religiosos. Posturas fundamentalistas, exclusivistas e absolutistas, na interpretação das doutrinas e dos textos sagrados das religiões, promovem, aqui e acolá, atitudes de intolerância, discriminação e preconceitos. Grupos religiosos tradicionais e novos movimentos religiosos concorrem de forma agressiva na conquista do espaço social. Em alguns lugares, os primeiros fundem questões religiosas com questões sócio-culturais, propondo uma espécie de teocracia moral, com um discurso sacralizador da política, antimoderno e patriarcal. Não raro, assumem posições nacionalistas de caráter identitário, implantando os métodos da perseguição, da guerra, da prática do terrorismo e do cerceamento da liberdade religiosa – que, na atualidade, acontece em cerca de 60 países. Em alguns ambientes há uma verdadeira batalha espiritual, que mescla o sagrado com ideologias culturais, políticas e econômicas, o que faz das religiões parte dos problemas da globalização. Elas também sofrem da ambiguidade das sociedades globalizadas – favorecem a vida e a morte (BOBSIN, 2002).

Desde o Vaticano II a Igreja Católica vem intensificando seus esforços para integrar as religiões em processos de paz para toda a humanidade. Seguindo o ensino conciliar, destacam-se as peregrinações das religiões pela paz na cidade de Assis/Itália, nos anos 1886, 1993, 2002, 2016. Urge humanizar não apenas as culturas dos povos, mas também suas religiões. Foi o que advertiu João Paulo II, no encontro inter-religioso em Assis, em 2002: “Violência nunca mais! Guerra nunca mais! Terrorismo nunca mais! Em nome de Deus, que cada religião traga à Terra justiça e paz, perdão e vida, amor!”. Essa exortação se prolonga no magistério do Papa Francisco:

A violência é a negação de toda a religiosidade autêntica [...]. Devemos denunciar as violações contra a dignidade humana e contra os direitos humanos, trazer à luz do dia as tentativas de justificar toda a forma de ódio em nome da religião e condená-las como falsificação idólatra de Deus (PAPA FRANCISCO, 2017, online).

Então... as religiões vinculam violência e sagrado contra o processo de paz?

Nayak (2000) pergunta: serão as religiões também “causa” da violência? Refazendo ligeiramente a questão: o religioso contém, em si mesmo, algum potencial violento, ou essa possível

² Entre as 20 guerras maiores da atualidade, sofrem as populações da Síria, Iraque, Nigéria, Sudão do Sul, Paquistão, Sudão, Somália, Israel/Palestina, Iêmen, República Democrática do Congo (RUIC, 2014).

realidade é resultado de anomalias na vida religiosa de pessoas e grupos? Já foi considerado que tendências ideológicas plantam raízes da violência no coração das estruturas religiosas e do seu imaginário (JUERGENSMEYER, 1992), sobretudo nas imagens de morte que existem em elementos das religiões, como alguns símbolos e as Escrituras Sagradas. Como entender nas escrituras a ordem divina para destruir?³ Esses textos são elementos estruturais do sistema religioso. Mas, o que está em questão é, se eles têm real sentido religioso, ou apenas fortalecem uma ideologia social de um tempo. Como fazer hoje uma hermenêutica dos textos sagrados que atinja o coração dos fanáticos que não têm “tempo/vontade” para meditações sutis? Alternativas para a leitura dos textos seria entendê-los de modo dialético – compreender que todo texto religioso é múltiplo, capaz de afirmar algo e seu contrário; e, como um livro aberto –, o texto impulsiona a produção de interpretações. Em si mesmo ele já é o resultado de tradições diversas e fragmentárias que interpretam os fatos das comunidades.

Estudos mostram que sagrado e violência estão estreitamente vinculados na história das tradições religiosas. Durkheim (2000) fala da separação entre o sagrado e o profano (*As formas elementares da vida religiosa*, 1912); Otto (1917), fala da ambivalência do sagrado, “tremendo e fascinante” (*O Sagrado*); Freud, mostra uma pulsão de vida e pulsão de morte no religioso, o eros e thanatos (Douglas, 1966); Girard (1990) fala da violência mimética (recíproca indiferenciada) ao mecanismo (purificador, pacificador) da vítima expiatória ou emissária; o rito religioso é comemoração simbólica da violência fundadora para acalmá-la e impedir que se propague = “o rei é sagrado porque vai ser morto”.

Como consequência, em várias partes do planeta conflitos mundiais trágicos surgem de uma injusta e pragmática associação entre religião e interesses de pessoas e/ou grupos. E então o poder religioso torna-se violento e sangrento, com mutações anômalas das tradições religiosas, prejudicando gravemente os processos de paz entre os povos. Por isso, em alguns ambientes, o pluralismo religioso é altamente conflitivo, sobretudo nas regiões do Oriente Médio⁴, da Indonésia⁵ e da Índia. Quanto mais as tradições religiosas se obrigam a conviver no mesmo espaço, parece que mais tensões surgem entre elas, desequilibrando as relações também no tecido social. Tensões e conflitos inter-religiosos ameaçam a harmonia e a integração da aldeia global. A questão não é apenas religiosa, é também antropológica, sociológica, política, econômica, ética. As religiões buscam se afirmar com poderes éticos que as capacitam na orientação do comportamento das pessoas, com a pretensão de influírem no complexo social. Mas, alguns poderes éticos são integradores e fortalecem a solidariedade social, enquanto outros, desintegram as relações,

³ Na Torah, temos expressões como: “Oráculo contra as nações”, os povos vizinhos – gênero literário antigo que repete antigas cantilenas de incriminação e os atribui a um profeta. *A espada de Deus está cheia de sangue, engraxada de sebo ... pela grande mortandade em Edom ... em vez de búfalos, caíram povos, e em vez de touros um povo de valentes* (Is 34,6-7); Oráculo contra Damasco: Jr 49, 23-27; Am 1,3-5. *Em marcha: levantemo-nos em guerra contra Edom* (Ab 1,1). O Deus de Israel é um deus guerreiro (*ish miljamáh*, Ex 15,3). A “Guerra Santa” extermínio total são instituições sancionadas pela lei de Moisés (Dt 20,10-18). No Alcorão: “Se combatem contra vós (junto à Mesquita Sagrada), matai-os: essa é a retribuição dos infiéis (Sutra 2,191); É preciso submeter os infiéis sobre a terra (Sutra 8,67); “Os cristãos dizem ‘Cristo, o Messias, é o filho de Deus’. Isso é o que confessam remendando o que antes haviam dito os infiéis. Que Deus os maldiga! (combata contra eles, mate-os) (Sutra 9,30); “Infundi o terror no coração dos infiéis. Cortai-lhes o pescoço! (Sutra 8,12).

⁴ 270 milhões de habitantes: 250 milhões de muçulmanos; 13 milhões de cristãos, Igreja árabe, como os coptas e maronitas; 6 milhões de judeus.

⁵ 229.964.723 habitantes. Islamismo 87% (209 milhões), novas religiões 21,8%, cristianismo 13,1% (protestantes 5,7%, outros 7,4%), hinduísmo 3,4%, outras 4,8%, sem religião e ateísmo 2,1%. Ao longo dos 63 anos como Estado independente, pelo menos 1.100 igrejas foram atacadas ou fechadas (disponível em: <https://www.portasabertas.org.br/noticias/2012/11/1896232/>).

semeiam intolerância e violência. Onde isso acontece, a religião se descaracteriza em sua própria essência como portadora de paz e de vida.

Elementos religiosos dificultadores do processo de paz

É difícil isolar elementos religiosos dos sócio-políticos, os textos sagrados e as ideias religiosas são também humanas, ao mesmo tempo que vivências humanas encontram expressão nas convicções religiosas. Mesmo a paz é relacionada a símbolos religiosos violentos, como o dilúvio, a espada, a cruz. René Girard constatou que, em nome da religião pode haver uma glorificação da violência e uma superação da violência. A religião tenta controlar a violência através de rituais que comemoram simbolicamente a violência fundadora e o seu “mecanismo de vida emissária”. Assim, por exemplo, o cristianismo celebra a paixão de Cristo, e Xiismo comemora o martírio de Ali.

Alguns elementos das religiões podem ser mal utilizados e dificultam os processos de paz:

1) As pretensões de caráter absoluto, próprio sobretudo das religiões monoteístas, as quais indicam para um Transcendente único, ao qual se chega através de disciplinas, práticas específicas e submissão dos fiéis. O problema acontece quando se confunde o Absoluto que as religiões buscam com as formas pretensiosamente absolutizadas dessa busca em suas tradições. Então a pretensão de absoluto ganha um perigo potencial, pois pode ser direcionada também para outros fins além do espiritual (*Jihad*, cruzada, guerra santa, atos terroristas). O Papa Francisco orienta que, para superar isso, é importante compreender que temos “necessidade urgente do Absoluto (mas) é imprescindível excluir qualquer absolutização que justifique formas de violência” (PAPA FRANCISCO, 2018, online).

2) O poder religioso pode levar à violência, pois o mesmo símbolo religioso que indica a paz, pode também suscitar ódio. Temos como exemplo a cruz no estandarte dos cruzados. Assim, “O poder das tradições religiosas tem um caráter ambivalente”, podendo ser utilizado para o bem ou não (SCHREITER, 2003, p.132)⁶. Esse poder ajuda a alcançar o Transcendente, mas também pode condenar duramente quem O busca por outros caminhos.

3) A interpretação da doutrina religiosa pode ser causa de violência, pois ao mesmo tempo que propõe convivência, harmonia, relações de paz entre seus membros, a sua prática pode gerar também atitudes de preconceito, intolerância e discriminação em relação a outros credos. A doutrina apresenta leis e obrigações que regulam a prática religiosa, e estas podem causar tensões e conflitos com práticas diferentes. As interpretações literárias e dogmáticas das religiões podem instigar à violência; já as hermenêuticas espirituais, e mesmo exotéricas, levam a uma visão mais universal, abrangente e tolerante. Ora,

A violência propagada e atuada em nome da religião não pode deixar de causar descrédito em relação à própria religião [...]. A pessoa religiosa sabe que uma das maiores blasfêmias é chamar Deus como garante dos próprios pecados e crimes, de o chamar a justificar o homicídio, o massacre, a escravização, a exploração em

⁶ Entende-se que esse poder é “pré-moral”, precede a moralidade humana, sendo a raiz da orientação para o bem ou para o mal da religião.

todas as suas formas, a opressão e a perseguição de pessoas e de populações inteiras (PAPA FRANCISCO, 2018, online).

4) A religião é “fonte de identificação”, e isso também pode ser entendido no sentido de “determinar quem é adversário” (SCHREITER, 2003, p.132). O que pode ser fator de coesão de um grupo religioso, pode ser também motivo de oposição a outros grupos. Tal ocorre quando as religiões sustentam uma concepção de identidade fechada, fixista e exclusivista, gerando atitudes de intolerância, fundamentalismo, concorrência, proselitismo. O papel que a religião desempenha na formação sociocultural de um povo, pode gerar conflitos com os valores socioculturais de outros povos. A religião pode dar uma identidade pessoal e de grupo mais forte que uma identidade nacional (exemplo é a proposta de uma “nação islâmica”).

5) A violência pode nascer nas religiões “duras” ou nas facetas mais duras das religiões, como a forte submissão à autoridade divina, que leva à repressão, ao proselitismo, à segregação. As religiões que têm a imagem de um Deus transcendente parecem levar mais à violência do que as que não possuem essa imagem de Deus.

Não temos a pretensão de mostrar a totalidade dos elementos religiosos que podem ser utilizados para incitar a violência. Entendemos que os já citados são suficientes para mostrar que, quando tais elementos são desvirtuados, posturas de intolerância e fundamentalismo se associam a atos de ataque e terrorismo. A *dramática* vivida no cenário mundial força a gramática religiosa e espiritual, numa traição do sentido original de *religio* – *religare* misticamente a humanidade inteira num abraço de paz.

A afirmação das religiões como caminhos para a paz

Urge recuperar o essencial das religiões: religar o ser humano ao seu núcleo misterioso e essencial, e desde aí ao seu semelhante e à criação inteira. Isso explicita a natureza pacífica de uma verdadeira religião. E implica em estabelecer um forte vínculo entre *interioridade* e *exterioridade*, como *coniunctio* (encontro) do “eu” e do “nós”, do fragmento e do todo, do histórico e do utópico. Dessa forma, supera-se a incoerência na pronúncia da “palavra essencial” da religião. Essa palavra essencial está vinculada a uma experiência fundante, que desperta o desejo de uma *paz duradoura* e *sabedoria* para edificá-la. A paz faz seu nicho no coração das religiões que pronunciam uma palavra essencial: *shalom*, *Salam*, *eirène*, *pax*! Os relatos dos textos sagrados, como do guerreiro Arjuna e do sacrifício de Isaac, mostram que a violência pode ser contida, a vida é um valor sagrado, a paz é possível.

Para saber se no tesouro das religiões existe uma promessa de paz para a humanidade, é preciso que a “dramática diminutiva” (violência que diminui a vida) seja transformada em uma “gramática maiúscula” das religiões, que se dá ao pronunciar paz, ao conjugar verbos como *dialogar* e *pacificar* (MAÇANEIRO, 2002). Aqui é preciso superar a carência da harmonização entre mística e política: a paz não é um valor totalmente assimilado ou uma aquisição fácil. Inserida num corpo maior de crenças, a paz transita entre dois polos: a mística e a política. No inter-espaco as religiões situam a paz na terra, como algo dinâmico a ser sempre reafirmado. Da afirmação da paz ao estabelecimento duradouro há um percurso a ser trilhado. Nesse percurso a paz se mostra como ideal nobre, mas frágil.

Isso acontece quando as religiões, juntas, afirmam os valores que constroem a paz no mundo. E “A paz não é simples ausência da guerra” (GS, n.78), é fruto da prática da justiça e da caridade. As tradições religiosas concorrem para ela desenvolvendo o sentido da fraternidade e da solidariedade universal, sustentando espiritualmente as lutas contra tendências do consumismo e do materialismo que causam injustiça, violência e morte entre as pessoas e os povos. Alguns elementos precisam ser afirmados para isso:

a) A religião como vivificação do social

É preciso compreender bem o papel da religião na esfera pública, o qual pode ser duplo: legitimar e conformar-se com as estruturas sócio-políticas; ou criticá-las e contribuir para as mudanças necessárias. Esta segunda postura é a mais positiva, tanto para a sociedade, quanto para a religião. Para a sociedade, porque esta se afirma sempre mais com autonomia (não separação) do religioso; para a religião, porque ela mantém uma reserva crítica em relação às instituições sociais. E, então, a religião pode desenvolver o importante papel de “vivificar espiritualmente” as instituições sociais (AMALADOSS, 1996, p.150). As religiões não propõem apenas uma humanização social, mas também um “humanismo espiritual” (AMALADOSS, 1996, p.151), ou seja, que a humanidade se afirme nas raízes que ela tem no divino. A religião pode ajudar cada fiel a encontrar os valores sócio-antropológicos comuns inspirados e motivados no próprio credo. Os credos terão, assim, mais condições de convergências tanto sociais quanto espirituais.

Com isso as religiões promovem comportamentos pacificadores. E não apenas por orações, mas por gestos concretos, seja no interior da própria comunidade, ou na relação dos seus fiéis com a sociedade ou entre os povos. Elas podem “prover coletivamente um fundamento moral e religioso na busca do bem comum” (AMALADOSS, 1996, p.152). Não se trata de propor um “estado confessional” que apenas “tolera” outros credos⁷. E nem um Estado que tem dificuldades para reconhecer o valor da religião para a coletividade, deixando-a apenas no âmbito da vida individual dos cidadãos (EUA, França). É preciso, antes, um Estado que tenha uma atitude positiva frente às religiões, num equilíbrio entre a afirmação da liberdade religiosa e a autonomia secular do Estado. O fato é que, “não haverá paz no mundo sem a paz entre as religiões” (KUNG, 2002, p.111). E mais: “Ou nós teremos no Terceiro Milênio uma ‘*ecumene*’ pacífica [...] ou nós não teremos mais nenhuma ‘*ecumene*’” (KUNG, 2002, p.127).

b) O vínculo entre religião e ética

As religiões são chamadas a afirmar valores, normas e atitudes comuns para favorecerem a convivência social, o que deve acontecer por “laços livremente escolhidos” (KUNG, 2002, p.60). E precisam afirmar uma ética mundial. Mas qual ética? Não a ética do sucesso exterior e nem a da interioridade apenas, mas a “ética da responsabilidade” (KUNG, 2002, p.62) pela vida do ser humano e do planeta. Deve-se buscar “uma sociedade a mais humana possível para um meio ambiente o mais íntegro possível” (KUNG, 2002, p.640). O certo é que “não haverá ordem mundial sem ética mundial” (KUNG, 2002, p.68).

⁷ Como o reino hindu no Nepal; o Paquistão que é islâmico; a Birmânia budista.

E, para isso, o ser humano é o critério básico, o fim e não o meio. As religiões precisam, então, atingir consensos sobre convicções humanas integradoras, tais como: “a inviolabilidade da pessoa humana; a liberdade inalienável da pessoa; a igualdade fundamental de todas as pessoas; a necessária solidariedade entre todas as pessoas” (KUNG, 2002, p.115). Desse modo, a perspectiva ética busca “o bem-estar das pessoas”, afirmando as “máximas elementares da humanidade” (não matar, não mentir, não roubar), o “sensato caminho do meio” entre a libertinagem e o legalismo, a regra de ouro (Confúcio, 551-489 a.C; Habi Hille, 60 a.C - 10 d.C), dando motivações para o agir a partir da própria tradição, garantindo um horizonte de sentido e determinação de objetivos (KUNG, 2002, p.101) para todos. O fato é que “A paz, vós o sabeis, não se constrói somente por meio da política e do equilíbrio das forças e dos interesses. Ela constrói-se com o espírito, as ideias, as obras da paz” (PAPA PAULO VI, 1965, online).

c) A convicção do diálogo

O diálogo é o caminho imprescindível para a paz, fora do diálogo não há salvação para ninguém: “Precisamente no campo do diálogo, sobretudo inter-religioso, sempre somos chamados a caminhar juntos, na convicção de que o futuro de todos depende também do encontro entre as religiões e as culturas” (PAPA FRANCISCO, 2017, online). As formas, os métodos e os conteúdos para o diálogo inter-religioso já estão bem explicitados na teologia cristã pós Vaticano II. Mas, ele tem exigências de fundo que não dependem apenas dos teólogos, e sim da forma como as lideranças religiosas formam o comportamento religioso das comunidades. O diálogo exige “o dever da identidade, a coragem da alteridade e a sinceridade das intenções” (PAPA FRANCISCO, 2017, online). São elementos que configuram o ser religioso de cada crente. E ao contribuir na realização dessas exigências em cada membro, as religiões estão colaborando também para a superação dos graves problemas socioambientais que ameaçam a vida no planeta.

d) A fraternidade universal

A base para o processo de paz na humanidade é a convicção do valor da fraternidade universal, religiosamente fundamentada. No ensino conciliar, o ponto de partida é a compreensão de que todas as pessoas têm uma mesma origem e um mesmo fim: o divino (NA 1). Deus convoca todos os seres humanos a um fim comum e à unificação de todas as coisas em Cristo, até que Deus mesmo seja tudo em todos (1Cor 15,28), em união com Cristo (Ef 1, 9-10), no seu Espírito (Rm 8). De fato, “não podemos invocar Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar como irmãos alguns seres humanos, criados à sua imagem” (NA 5). Por isso, aqueles que “acreditam no amor de Deus (é-lhes dada por Deus) a certeza de que o caminho do amor está aberto para todos e que o esforço para estabelecer a universal fraternidade não é vão” (PAPA FRANCISCO, 2017). Será, assim, possível “um novo céu e uma nova terra” (Col 1,15-10 e Ap 21, 1-5). Afinal, a Luz que com Cristo veio ao mundo “ilumina todas as pessoas” (Jo 1,9) nos caminhos para uma vida “em abundância” (Jo 10,10). E isso é para ser vivido numa fraternidade universal.

Conclusão

A título de conclusão da nossa reflexão, apresentamos alguns princípios orientadores das religiões como caminhos para a paz:

- Os valores humanos têm raízes em perspectivas supremas, ou seja, na religião (AMALADOSS, 1996). As religiões não só possuem um papel social, mas uma eficácia na relação com o divino⁸. Isso apresenta o compromisso de cada religião rever e reformular a sua própria doutrina, sua linguagem e suas práticas, realizando um diálogo interior ao próprio sistema religioso – “intradiálogo” (PANIKKAR, 2001; VIGIL, 2006).

- Há uma complementariedade na compreensão do Mistério e do mundo. A complementariedade aponta para “deficiências” na compreensão e vivência do Sagrado; ela não é complementar à identidade religiosa, mas à sua condição de ser (SUESS, 2007). Pode haver aqui um enriquecimento mútuo de abordagens e perspectivas.

- É importante compreender o pluralismo na ótica da fé. Diz *Hb* 1,1 que “ao longo dos tempos e de muitos modos” Deus falou e fala hoje. Fala e age. É preciso dar sentido à “ação misteriosa de Deus no mundo, um sentido de abertura para o futuro que não podemos prever em termos concretos, e confiança no Espírito Santo” (AMALADOSS, 1996, p.162).

- Isso exige construir uma identidade religiosa relacional. Essa identidade é, naturalmente, enraizada na própria tradição, mas sem fundamentalismos e com abertura ao reconhecimento do valor do outro, com capacidade para o diálogo e a cooperação. Isso é o que possibilita a amplitude da percepção do sagrado/divino;

- O fundamento teológico da liberdade religiosa está na dignidade do ser humano, “imagem e semelhança” do Criador (*Gn* 1, 26), tal como conhecido pela revelação e pela razão humana (DH 2).

- O diálogo inter-religioso “*torna-se, então, um dever*” porque é busca da própria fé, numa atitude de abertura à verdade (VIGIL, p.450). Nenhuma verdade está só, isolada, completa e perfeita em si mesma, nem é percebida como intocável e entronizada na cúpula da absolutização. A verdade precisa de outra verdade, completa-se e se enriquece na relação. Uma verdade não relacional precisa ser questionada em sua veracidade.

- O diálogo não dispensa a pregação do *kerigma*, mas o faz sem proselitismo. Diálogo é “partilha” da própria experiência religiosa (AMALADOSS, 1996, p.160)⁹, não é “preparação para a pregação”, ou “estratégia do abraço” (KUNG, 2002). Diálogo e pregação têm uma relação dialética e complementar na perspectiva do Reino.

- Fortalecer as iniciativas de cooperação inter-religiosa. Alguns afirmam que é “a busca e a necessidade do *bem comum* que vai exigir um espírito de colaboração” inter-religiosa (AMALADOSS, 1996, p.163). Amaladoss pensa que não é bom concentrar o diálogo em temas religiosos, mas nos sociais: “O desafio em que eles (fiéis das diferentes religiões) terão de enfrentar não advirá das respectivas reivindicações de verdades religiosas, mas de uma situação de injustiça em que os direitos humanos básicos estão sendo violados”. Somos de opinião diversa: é a compreensão de alguma convergência, ou mesmo comunhão no nível religioso, que possibilita e sustenta a busca do bem social comum. Enquanto as religiões não justificarem a ação inter-religiosa em seus próprios credos, essa ação não será eficiente e nem eficaz. Portanto, não se deve omitir conversar sobre religião para agir juntos por uma sociedade melhor. Essa conversa desarma os espíritos, ajuda o mútuo entendimento e fortalece o assumir uma causa social comum.

⁸ Cf. M. ZAGO, Secretário do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, sobre o encontro em Assis, 1986, *Apud*, AMALADOSS, p.159.

⁹ Em termos conceituais diálogo e pregação se excluem mutuamente. Mas na vida real um implica no outro.

Vemos, assim, como a teologia cristã tem hoje o compromisso de ajudar as religiões a afirmarem juntas e sempre: “É a paz, a paz que deve guiar o destino dos povos e de toda a humanidade” (PAPA PAULO VI, 1965, online). Afinal,

Para este desafio tão urgente e apaixonante de civilização somos chamados, cristãos, muçulmanos e todos os crentes, a prestar a nossa contribuição: “Vivemos sob o sol de um único Deus misericordioso. [...] Assim, no verdadeiro sentido, podemos chamar-nos, uns aos outros, irmãos e irmãs [...], dado que, sem Deus, a vida do homem seria semelhante ao firmamento sem o sol”. Que se levante o sol duma renovada fraternidade em nome de Deus e surja desta terra, beijada pelo sol, o alvorecer duma civilização da paz e do encontro (PAPA FRANCISCO, 2017, online).

Referências

- AMALADOSS, M. *Pelas estradas da vida: prática do diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulinas, 1996. p.150-163.
- BOBSIN, O. *Correntes religiosas e globalização*. São Leopoldo: CEBI-IPEG, 2002.
- DOUGLAS, M. *Purity and danger*. London: Taylor & Francis e-Library, 2001.
- DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FRANCISCO, Papa. *Discurso aos participantes na Conferência internacional em prol da paz*. Cairo, 2017. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/april/documents/papa-francesco_20170428_egitto-conferenza-pace.html>. Acesso em: 25 maio 2018.
- FRANCISCO, Papa. *Combater a violência em nome da religião*. (Roma), 2018. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/events/event.dir.html/content/vaticanevents/pt/2018/2/2/conferenza-tackling-violence.html>>. Acesso em: 25 maio 2018.
- GIRARD, R. *A Violência e o Sagrado*. São Paulo: Unesp, 1990.
- JUERGENSMEYER, M. *Violence and the Sacred in the Modern World*. London: Frank Cass, 1992.
- KUNG, H. *Projeto de uma ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 2002. p.60-127, 640.
- MAÇANEIRO, M. As religiões e a paz. *Teologia em Questão*, v.1, p.7-26, 2002.
- NAYAK A. *Religions et violence: Sources et interaction*. Fribourg: Academic Press Fribourg, 2000.
- OTTO, R. *O Sagrado*. São Paulo: Vozes, 2014.
- PANIKKAR, R. *Il Dialogo intrareligioso*. Assis: Citadella, 2001. p.115.
- PAULO VI, Papa. *Discurso na sede da ONU*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1965. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations.html>. Acesso em: 25 maio 2018.
- PAULO VI, Papa. *Carta Encíclica Populorum Progressio*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- RUIC, G. As 20 guerras mais mortais acontecendo hoje no planeta. *Revista Exame.Com*, 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/as-20-guerras-mais-mortais-acontecendo-hoje-no-planeta/>>. Acesso em: 25 maio 2018.
- SCHREITER, R. La religión como fuente y recurso para la reconciliación. *Concilium*, 5/303 (novembro 2003), p.129-138, 2003.
- SUESS, P. *Introdução à teologia da missão: convoca e enviar: servos e testemunhas do Reino*. São Paulo: Vozes, 2007. p.191.
- VIGIL, J. M. *Teologia do pluralismo religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 2006. p.449.

Como citar este artigo/How to cite this article

WOLFF, E. Elementos sócio-teológicos para afirmar as religiões como caminhos de paz: O espírito da *Populorum Progressio* no pontificado de Francisco. *Cadernos de Fé e Cultura*, v.3, n.1, p.37-46, 2018. <http://dx.doi.org/10.24220/2525-9180v3n12018a4304>